

*Sob alegação de corte orçamentário, o MEC não ampliará o programa de bolsas para Residência Médica, em 2017. A decisão, anunciada de maneira impositiva e de tamanho impacto, deveria ser debatida antes com as entidades médicas e a sociedade. A previsão para este ano era de cerca de 12.900 novas bolsas*



Foto: Agência Brasil

**Investimento insuficiente em saúde e educação e programas sucateados já motivaram greve entre os residentes**

## Congelamento de bolsas em 2017 prejudica Residência Médica

**C**orte orçamentário. Esta é a alegação do Ministério da Educação para o veto à concessão de novas bolsas para médicos residentes este ano. Em ofício-circular, enviado em setembro de 2016, aos coordenadores de comissões de Residência Médica das universidades, o órgão federal observa que será mantido apenas o quantitativo de bolsas financiadas antes de 2017. A decisão repercute negativamente não só por afetar médicos, mas também enfermeiros, nutricionistas e assistentes sociais, dentre outras funções das áreas multiprofissional e uniprofissional.

José Antônio Alexandre Romano, representante da Fenam na Comissão Nacional de Residência Médica, classificou a medida de odiosa, tomada sem qualquer discussão prévia. Além disso, prejudicial à pesquisa, à extensão e à assistência nos hospitais universitários, que já funcionam precariamente. “Um assunto deste tinha que passar antes pela Comissão Nacional de Residência Médica”, disse Romano ao estimar que o Governo Federal responda por cerca de 30% das bolsas concedidas. Outras fontes financiadoras são o Ministério da Saúde, as secretarias mu-

nicipais e estaduais de Saúde e entidades filantrópicas, como as Santas Casas.

### BAIXO INVESTIMENTO

Ao questionar o efeito prático do congelamento imposto pelo MEC para 2017, Romano duvidou que isto represente grande economia diante do prejuízo que causa não só à classe médica como ao ‘consumidor final’, que é o público atendido nos hospitais universitários. Ele assinalou que, anualmente, o número de novos médicos é superior ao de bolsas ofertadas e que, apesar de todos os problemas, é na esfera federal que estão os melhores programas, com as melhores avaliações. “A Residência Médica precisa, sim, é de mais aporte financeiro e não de corte”, asseverou Romano, insistindo que não é congelando vagas que se melhora a Residência.

Com a publicação da portaria inter-

ministerial nº3 de 2016 (Ministério da Educação e Ministério da Saúde), no Diário Oficial da União, o valor da bolsa para o período de 60h semanais passou para R\$ 3.330,43, o que representa um reajuste de 11,9% em relação ao valor anterior, de R\$ 2.976,26. O novo valor da bolsa-residência é pago aos profissionais de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, Nutrição, Educação Física, Psicologia, Serviço Social, Biomedicina, Medicina Veterinária, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Ciências Biológicas, Farmácia, Odontologia, Saúde Coletiva e Física Médica.

### SESAB TAMBÉM CORTOU NOVAS BOLSAS

Com argumento similar ao utilizado pelo Ministério da Saúde – redução de custos com pessoal -, a Sesab já tinha

## Impacto menor na Bahia

Na Bahia, o congelamento de bolsas federais em 2017 terá bem menos impacto que em outros Estados, estima Jedson dos Santos Nascimento, presidente da Comissão Estadual de



**Jedson dos Santos**

Residência Médica. Isto porque é a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (Sesab) que financia a maioria das bolsas, num índice superior a 64%. A Escola Estadual de Saúde Pública (EESP) apoiou o processo seletivo unificado para 2017, que aconteceu em novembro do ano passado, oferecendo vagas para hospitais estaduais.

Não houve, na Bahia, uma demanda a ponto de criar problema para hospitais que recebem verbas federais, como o Ana Nery e o Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (Hospital das Clínicas), órgão estruturante da Universidade Federal da Bahia. O financiamento de bolsas para Residência pode se originar não só do Ministério da Educação (MEC), como também do Ministério da Saúde (o Pró-Residência), secretarias estaduais e municipais de Saúde ou ser de origem privada. Estas últimas, é bem verdade, acabam sendo minoria, menos de 1% do total.

anunciado, em janeiro de 2016, que não financiaria novas bolsas para médicos residentes. O Ofício Circular 05/2016 - GA-SEC, sugere ainda que as eventuais instituições prejudicadas solicitem ao Ministério da Saúde o financiamento de bolsas.

## Formação ameaçada

“A Residência Médica é fundamental para completar a formação do médico, haja vista que a graduação, hoje, não prepara adequadamente o profissional para atuar com eficiência e segurança. Em um momento em que se estimula a ampliação do número de vagas para o curso de Medicina, é um contrassenso diminuir o acesso à Residência Médica. O resultado vai ser um contingente grande de médicos com formação incompleta. No fim, quem vai pagar o pato vai ser a sociedade, com o aumento dos custos e diminuição da resolutividade no sistema de Saúde”.

**Luiz Américo Pereira Câmara**  
Vice-presidente do Sindimed



**Romano, da Fenam: Tema deveria passar antes pela Comissão Nacional de Residência Médica**